

CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert/PR



Lula: discurso nacionalista não resolve tudo

Lula aposta no “Trump, go home”. Problema é economia

Há uma leitura de parte do governo de que os arroubos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, auxiliam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua tentativa de reeleição. Trump ajudaria Lula a recuperar o discurso nacionalista que por muito tempo ficou nas mãos do bolsonarismo. Ao mesmo tempo, joga sobre o bolsonarismo a ideia de que o grupo é que age contra os interesses nacionais ao estar alinhado a Trump em ações que prejudicam o Brasil. De fato, houve um momento em que essa ideia alavancou Lula, logo depois do tarifaço. Agora, porém, a possibilidade em outro ponto: as ações do presidente de Trump acentuam o maior problema hoje de Lula: o sentimento quanto à economia.

Impacto da inflação dos alimentos

É correta a leitura que faz o governo de que boa parte da sensação do brasileiro de que a economia vai mal parte do alto grau de endividamento da sociedade. Mas não é somente isso. Se a inflação de um modo geral está controlada, vem havendo uma alta no preço dos alimentos. Em março, a inflação somente da comida teve alta de 1,56%. Com alguns produtos tendo aumentos muito grandes. O tomate, por exemplo, subiu mais de 20%.

Pedro Gontijo/Agência Senado



Tereza alertou Alcolumbre e Durigan

Fertilizantes e queda nas exportações

É onde trava o “Trump, go home”: talvez não importe muito de quem vem a culpa se o problema pesar no bolso. Como mostramos aqui no Correio Político, essa já era há alguns dias a preocupação da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro. A guerra no Oriente Médio pode impactar ainda mais o preço dos alimentos porque pode provocar problemas na oferta de fertilizantes, que o Brasil importa na sua grande maioria (mais de 80%), e boa parte do Irã, justamente o país com o qual os EUA estão em guerra.

Falta de soluções concretas

A falta de fertilizantes pode impactar a safra, e fazer subir ainda mais o preço dos alimentos. A senadora chegou a pedir uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema. A reunião aconteceu, no dia 8 de abril, e dela participou também o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Mas a conversa acabou tratando mais de outro tema.

POR
RUDOLFO LAGO

Efeitos

A conversa acabou girando mais em torno de um projeto de lei que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para produtores rurais afetados por eventos mudanças climáticas. Pouco se falou sobre os efeitos da guerra de Trump no Oriente Médio. Ficou uma sensação de que o governo não tinha soluções concretas.

Exportações

O impacto das exportações já está sendo sentido. As exportações para o Golfo Pérsico já tiveram uma redução em março de 31,47%. E os dados são do próprio Ministério do Desenvolvimento, da plataforma ComexStat. E a queda vem bem na linha das preocupações, para países como Arábia Saudita.

Problema

Por enquanto, as contas ainda fecharam com superávit de US\$ 41,4 milhões, apesar da queda. Porque a venda de alguns produtos, como a carne bovina, compensou a queda grande de alguns outros produtos, especialmente milho e açúcar. A verdade é que esse não é apenas um problema brasileiro.

Diversificação

Mesmo antes do tarifaço, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex) já vinha trabalhando na diversificação dos destinos internacionais dos produtos brasileiros. Há alguns ganhos importantes. Caso, por exemplo, do contrato que a gigante chinesa das cafeterias, Luckin' Coffe, fechou com produtores de café de Rondônia.

Frango

O problema é que tais avanços não mitigam eventuais impactos. As exportações de frango, por exemplo, caíram 20% para os países do Oriente Médio. O custo da exportação aumentou com rotas alternativas. Cerca de 30% das exportações de frango brasileiras são para países do Oriente Médio.

Acordo

No dia 1º de Maio, entra em vigor o acordo entre a União Europeia e o Mercosul. E o governo aposta muito nele também para compensar perdas. Ocorre, porém, que o acordo entra de forma provisória. Há ainda resistência de países, como a França e a Polônia. O acordo foi judicializado. Nada foi, portanto, resolvido.



Após Toffoli se declarar suspeito, ação ficou para Zanin

Segue o impasse institucional no Rio

STF precisa destravar como será eleição para mandato-tampão

Por Beatriz Matos

A crise política no Rio de Janeiro (RJ) entra em uma nova fase nesta semana, com potencial de redefinir o rumo do estado. A publicação do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), recolocam no centro do debate não apenas quem governa, mas como e quando os eleitores voltarão às urnas.

No momento, o comando segue com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto. Isso porque Zanin decidiu manter a estrutura atual até que o Supremo conclua o julgamento sobre o modelo de eleição. Na decisão, o ministro foi direto ao afirmar que deve ser preservado o arranjo já fixado pela Corte. “Até o final julgamento desta reclamação seja mantido o Presidente do Tribunal de Justiça [...] no exercício do cargo de Governador do Estado”.

A manifestação de Zanin responde à tentativa do presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL), de assumir o governo com base na linha sucessória após sua eleição para o comando da Casa. O ministro, no entanto, afastou essa possibilidade neste momento e reforçou que o ponto central ainda não é a sucessão imediata, mas o próprio formato da eleição que deverá ocorrer.

Ao analisar o caso, Zanin também destacou que o debate não envolve a validade da eleição na Alerj, mas sim o desfecho institucional após a dupla vacância. Segundo ele, a discussão gira em torno da realização de novas eleições e da interpretação do artigo 224 do Código Eleitoral, já validado pelo próprio STF em precedente anterior.

A publicação do acórdão do TSE, por sua vez, adiciona um novo elemento de pressão sobre o Supremo. O documento consolida a decisão que declarou a inelegibilidade do ex-governador Cláudio Castro (PL) e reconheceu irregularidades graves no uso da máquina pública.

Entre os pontos destacados, o tribunal identificou um “método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário”, com contratações em massa, ausência de controle e uso de programas sociais com finalidade eleitoral.

O TSE também determinou a realização de novas eleições para o governo do estado, mas sem especificar se o pleito deve ser direto ou indireto — justamente a lacuna que travou o julgamento no STF.

É nesse ponto que o processo entra em sua fase mais sensível. O julgamento no Supremo foi interrompido após pedido de vista do ministro Flávio Dino, que aguardava a publicação do acórdão para esclarecer dúvidas sobre a decisão eleitoral.